

MULTICULTURALISMO E RECONHECIMENTO EM PAUL RICOEUR

O ponto de partida da reflexão de Ricoeur sobre o multiculturalismo acha-se no texto publicado em 1961 pela revista *Esprit*, “Civilização universal e culturas nacionais”.¹

Nêle, o filósofo assinala o nascimento de uma civilização planetária, uma civilização mundial, apoiada na difusão da técnica e da ciência e na unificação do mundo sob a égide do saber científico.

O surgimento dessa civilização fez com que as descobertas que ocorreram nesse campo pertençam, de direito, a toda a humanidade. O correlato dessa situação é que o enclausuramento cultural não é mais possível, dada a participação de todos na civilização técnica única.

A civilização mundial implica em progresso, melhora de vida e universalização, trazendo à luz, para a consciência coletiva, a idéia de uma única humanidade e promovendo a ascensão de imensas massas humanas a um bem-estar ao menos mínimo.

A contrapartida desse progresso é que a universalização pode acarretar a destruição das culturas tradicionais, ameaçando o núcleo ético e mítico, o núcleo criador das civilizações e da humanidade.

Mais ainda: a multiplicidade de culturas, com a qual somos hoje confrontados, põe o problema de encontrarmos valores universalmente aceitos, que ofereçam novos paradigmas de ação. O obstáculo para alcançar esses novos paradigmas: não há, imediatamente, entre as diferentes culturas, *denominadores comuns* evidentes, para apreciarmos as ações humanas.

Trata-se, para Ricoeur, de buscá-los; o critério universal para a apreciação das ações e que possibilita distinguir entre o que é aceitável e o que é intolerável, no âmbito da avaliação das ações dos indivíduos que pertencem a culturas diversas é a noção de *respeito à pessoa humana*.²

Reconhecendo o outro como interlocutor e parceiro na megapólis que o mundo se tornou, assinala o valor da razão e da palavra como condição da vida propriamente humana.

¹ Veja-se a propósito do tema, nosso estudo: “Multiculturalismo: questões éticas” in MARCONDES CESAR, Constança (org.). *A hermenêutica francesa. Paul Ricoeur*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002, pp.67-80.

² RICOEUR, Paul. *Lectures I*. Paris: Seuil, 1991, p. 303 e segs. Ver também nosso “O problema da tolerância em Paul Ricoeur” in MARCONDES CESAR, Constança (org.). *A hermenêutica francesa: Paul Ricoeur*, pp. 57-66.

A aceitação da pluralidade é a antítese (e o antídoto) do dogmatismo, do fanatismo; é afirmação da igualdade e da paz, reconhecimento da unidade da humanidade e de seu destino comum.³

Ricoeur tenta apontar valores universais, mostrando o debate, a discussão, como caminhos para desvelar os *universais em contexto* ou potenciais, que possibilitem a emergência de uma comunidade metafórica entre culturas distintas.⁴

A tematização dos conflitos culturais e da exigência de sua superação mediante a formulação de parâmetros éticos universais reaparece em *Ce qui nous fait penser. La nature et la règle*, obra, na qual o filósofo estuda as questões da fundamentação da ética, o problema da violência e do mal, e reflete sobre a tolerância e a *reconciliação*.

Para nosso autor, é preciso que muitas tradições encontrem modos de dialogar, desvelando a possibilidade de se considerarem co-fundadoras de uma vida propriamente humana, “se quiserem sobreviver, numa situação de contenda, às forças exteriores e internas de destruição”.⁵

A superação das oposições entre religiões e culturas distintas não pode consistir em uma unificação niveladora, que reduz todas a um parâmetro único. Supõe o reconhecimento mútuo do melhor dessas tradições, de modo que cada uma renuncie à posse da verdade, compreendendo que “o fundamental passa também por outras [culturas, está além] de suas “múltiplas”⁶ oposições, alcançando, assim, denominadores éticos comuns, através da razão.

Os obstáculos a serem superados, para que se possa alcançar êsse mínimo ético, são: o da *pretensão*, em cada cultura, à posse da verdade ou a afirmação de uma verdade única, pois a verdade é plural; o da *violência* no plano da *linguagem*, pela ruptura de pactos e pela desconfiança na palavra do outro; o da *violência* no plano da *ação*, que leva a atentar contra a “integridade física e psíquica dos outros”⁷; o da *violência* no plano das *instituições*, que se expressa pela “guerra de uns contra os outros”⁸; os *conflitos* econômicos e políticos.

O recurso imediatamente disponível para se superar a oposição entre os homens, seria “o tesouro simbólico das grandes religiões”⁹, capaz de oferecer um elemento unificador, dialógico, ao nível de uma sabedoria prática. A deliberação, os debates, a proliferação de comitês de ética reforçariam um ato essencial de confiança, de recurso a um fundamento originário, de reafirmação da “coragem de viver, fazendo prevalecer a bondade sobre o mal”, reconhecendo o “melhor do cristianismo e do judaísmo, o melhor do budismo, etc.”¹⁰, estabelecendo, assim, um denominador ético comum às diferentes culturas.

A ética da deliberação e a arte da reconciliação seriam os instrumentos para ultrapassarmos os conflitos graves em que nos encontramos, fazendo surgir a face plural e multifacetada da verdade, assim como a possibilidade da colaboração de todos em direção a um destino comum, reconhecido por todos.

³ *Id.*, *Parcours de la reconnaissance*. Paris: Stock, 2004.

⁴ *Id.*, *Soi-même comme un autre*. Paris: Seuil, 1990.

⁵ *Id.*, *Ce qui nous fait penser. La nature et la règle*. Paris: Odile Jacob, 1998, p. 288.

⁶ *Id.*, *ibid.* p. 305.

⁷ *Id.*, *ibid.*

⁸ *Id.*, *ibid.*

⁹ *Id.*, *ibid.*, p. 331.

¹⁰ *Id.*, *ibid.*, p. 80.

Uma última vez, na obra *Parcours de la reconnaissance*, publicada dois anos antes de sua morte, o filósofo retoma a meditação sobre o multiculturalismo, no terceiro estudo que compõe o livro.

É no contexto da reflexão sobre: o reconhecimento de si e o reconhecimento do outro; a memória e a promessa; a atestação no plano social das identidades coletivas; a relação direitos-responsabilidades, passando “da idéia de capacidades individuais à de capacidades sociais, através de uma complexificação crescente da idéia de capacidades sobre o fundo estável do tema antropológico do poder de agir (...)”¹¹, que Ricoeur aborda o tema em questão.

Se a experiência imediata põe-nos em face do conflito das culturas, como as análises do filósofo a respeito do paradoxo do político¹² e do paradoxo do religioso¹³ evidenciaram, é uma nova cadeia conceitual que é posta à luz, no exame do problema do multiculturalismo, na perspectiva ética.

É nesta reflexão que são retomadas, uma vez mais, “as idéias de pluralidade, de alteridade, de ação recíproca, de mutualidade”¹⁴, que constituem o cerne do terceiro estudo do *Parcours*. Aí o filósofo aborda o *tema do no* horizonte de uma política do reconhecimento, capaz de fundar a paz entre as culturas na lógica da reciprocidade e do dom.

Se nos escritos anteriores Ricoeur enfatizou a consideração dos obstáculos ao convívio pacífico de povos diversos, apontando a dissimetria original entre as religiões, as culturas - na sua obra *testamento* assinala as condições da passagem da oposição à reciprocidade. A confissão da dissimetria, o reconhecimento das diferenças, são condição de recordarmos o “caráter insubstituível de cada um dos parceiros envolvidos na troca; um não é o outro; troca-se dons, mas não lugares”¹⁵.

Mais ainda: o reconhecimento das diferenças “protege a mutualidade das armadilhas da união fusional(...)”¹⁶, em escala comunitária ou cosmopolita, promovendo a justa distância e o respeito entre os povos.

A valorização da pessoa, que no plano interpessoal serve de fundamento à ética, assume, na meditação do filósofo francês, o caráter de referência, de baliza para distinguir o tolerável do intolerável¹⁷, quando nos deparamos com tradições e costumes muito distintos entre si, num mundo caracterizado pela multiplicidade e pelo conflito das culturas. Assim, passa-se da pessoa natural à pessoa fictícia ou artificial, representante da humanidade uma, e sujeito de direitos. A extensão do qualificativo de pessoa a todo ser humano implica a idéia de reconhecimento mútuo, de “junção entre ipseidade e alteridade na idéia do Direito”¹⁸.

A reflexão sobre o multiculturalismo, no *Parcours ...*¹⁹, *está vinculada à proposição de uma política e uma luta pelo reconhecimento, análoga aos combates levados a*

¹¹ *Id., ibid.*, p. 216.

¹² *Id. Histoire et vérité* Paris: Seuil, 1995, p. 294 e segs.

¹³ *Id. Ce qui nous fait penser. La nature et la règle*, capítulo 7, p. 298 e segs.

¹⁴ *Id., Parcours de la reconnaissance*, p. 219.

¹⁵ *Id., ibid.*, p. 376.

¹⁶ *Id., ibid.*, p. 377

¹⁷ ver nosso “O problema da tolerância em Paul Ricoeur” in MARCONDES CESAR, Constança (org.). *A hermenêutica de Paul Ricoeur*, pp. 57-66.

¹⁸ RICOEUR, Paul. *Parcours de la reconnaissance*, p. 251.

¹⁹ *Id., ibid.*, p. 310 e segs.

*efeito pelos movimentos feministas, minorias negras ou conjuntos culturais minoritários (...)*²⁰, mas não se confundindo com estes.

A questão do multiculturalismo põe em relêvo a exigência de igualdade e de respeito às culturas, “desenvolvida no interior de um mesmo quadro institucional”²¹, com a afirmação da identidade das minorias, mediada por instituições públicas. Desse modo as minorias podem superar imagens depreciativas e aviltantes de sua dignidade. A reflexão de Charles Taylor sobre o assunto serviu de ponto de apoio à aproximação do tema, em Ricoeur.

O multiculturalismo, diz respeito, num primeiro momento, às condições de convivência de culturas e de grupos distintos, no interior da mesma sociedade. A convivência, para ser harmônica, supõe o reconhecimento da igualdade de direitos dos grupos componentes dessa comunidade institucional.

Uma segunda aproximação ao tema, feita pelo nosso autor, comporta o exame das contribuições de Habermas e de Honneth ao assunto. A versão universalizante da idéia da dignidade das diferentes culturas envolve a consideração do “caráter marcadamente ‘dialógico’”²² que o reconhecimento de suas identidades assume, apoiado numa política de aceitação das diferenças.

Fugindo da noção de *igualdade* entendida como anulação das diferenças entre as culturas, o filósofo põe em relevo a dignidade destas, propondo uma nova concepção do termo. Igualdade é o direito à diferença; afasta-se, desse modo, o risco de identificação da dignidade universal do humano com a homogeneidade ou subordinação de todas as culturas a um modelo hegemônico.

O problema urgente, para os Estados, é a sua reconfiguração, levando em conta as diferenças etnoculturais e o problema das minorias neles inscritas. Trata-se pois de definir uma política do reconhecimento que produza como resultado benéfico o crescimento da estima de si e da estima do outro, por parte dos indivíduos que compõem as sociedades, de modo a promover a *confiança* e o *respeito*, entendidos como capacidades nova que favorecem a superação dos conflitos e a instauração da paz.

Expressão do amor, mais que da justiça, a lógica da reciprocidade apresenta, contudo, paradoxos na sua manifestação.

O primeiro deles é expresso pelo laço entre *dar*, *receber* e *devolver*; o segundo, pela contraposição entre *justiça* e *amor*.

A mutualidade recobre as trocas entre os indivíduos; a reciprocidade, o caráter sistemático da troca e da partilha de valores, bem como o sem preço do dom. Instaura-se desse modo um reconhecimento simbólico do bem sem preço, dos bens não vendáveis - como, por exemplo, a dignidade moral, a integridade e a beleza.

A boa partilha implica não apenas dar, mas o bem receber. A reciprocidade assim instaurada possibilita a superação da violência e da vingança, por uma generosidade que está além da justiça e da lei, na proposição da equidade.

Na vida das cultura, as trocas simbólicas, mediante o reconhecimento da dignidade do outro, abrigam fecundas possibilidades de coexistência pacífica, pelo respeito mútuo que se imporia.

²⁰ *Id., ibid.*, p. 311.

²¹ *Id., ibid.*

²² *Id., ibid.*, pp. 312-313.

Uma justa distância, bem como a afirmação do direito à diferença e à dissimetria, em escala cosmopolita, acentuariam o sentido da dialética da reciprocidade entre os parceiros.

Em resumo, para nosso filósofo, um único princípio serve de apoio à coexistência pacífica de culturas distintas, num mundo plural: o respeito à pessoa humana, à sua dignidade sem preço.

Tal é o parâmetro, para Ricoeur, de qualquer diálogo que se pretenda ético.

Constança Marcondes Cesar
PUC de Campinas - Brasil